Eleição presidencial

Caiado não conseguiu transformar força em Goiás em projeto nacional

Cientista política Silvana Krause avalia que a fragmentação da direita tradicional e a dificuldade de superar interesses regionais limitaram a candidatura presidencial do ex-governador.

Página 6

Articulação

Prefeitos de Goiás devem manter diálogo com Lula apesar de maioria ligada a partidos de oposição

Mesmo com 212 das 246 prefeituras sob comando de siglas que apoiaram Flávio Bolsonaro, gestores defendem parcerias com o governo federal.

Página 7

Herivelto Nunes

Vasco oferece até R$ 23,8 milhões por joia do Goiás

Clube carioca formalizou proposta pelo volante Lucas Rodrigues, de 19 anos, mas primeira investida deve ser recusada. Interesse de equipes.

Página 12

TRIBUNA DO PLANALTO

40 ANOS Informação que conecta gerações

Ano 40 • Nº 1.869 • R$ 2
Goiânia, de 01 a 07 de novembro de 2026



Entrevista

Fábio Sousa
Deputado federal eleito (PL)

"PL tem de apresentar candidato e projeto para Goiânia"

Deputado federal eleito diz que o partido precisa disputar as principais prefeituras do Estado e deixar de lado campanhas concentradas apenas no discurso ideológico.

Páginas 4 e 5

Direitos

Denúncias de assédio eleitoral disparam após segundo turno

MPT-GO contabilizou 89 registros até 29 de outubro, enquanto o País somou 1.140 em três dias.

Página 8

ESCOLA

Foto: Secom



Um em cada três estudantes já pensou em abandonar os estudos

Pesquisa aponta que 36% dos estudantes já pensaram em abandonar os estudos. Em Goiás, dificuldades de aprendizagem e baixa oferta de cursos profissionalizantes seguem como desafios.

Página 11



Qualidade de vida

Pesquisa aponta que Goiânia está entre as quatro capitais mais seguras do Brasil

Prefeitura melhorou a iluminação pública da cidade, ampliou o videomonitoramento de ruas e avenidas, investiu na GCM e em ações de prevenção à criminalidade.

Página 10

Educação

Governo de Goiás convoca mais 250 professores aprovados em concurso público

A lista inclui candidatos aprovados no certame e integrantes do cadastro de reserva

Página 9

Tribuna Política

PL de Goiás trava disputa pelo comando e expõe divisão entre Gayer e Wilder



Com força eleitoral renovada, senador eleito Gustavo Gayer pressiona por mudanças na direção da sigla, enquanto Wilder Morais tenta manter o controle. Aproximação com Daniel Vilela também divide o partido.

Página 3

Editorial

Voto não se compra nem se impõe

A democracia não termina quando as urnas são fechadas. O respeito à liberdade de escolha deve permanecer como princípio inegociável, inclusive nos ambientes de trabalho. Por isso, a explosão de denúncias de assédio eleitoral após o segundo turno das eleições presidenciais acende um alerta.

Os números do Ministério Público do Trabalho são preocupantes. Em Goiás, foram 89 denúncias até 29 de outubro. Em todo o País, 1.140 registros em apenas três dias, elevando para 3.080 o total desde o início da campanha. Por trás das estatísticas, estão trabalhadores submetidos a constrangimentos, ameaças e até demissões motivadas por suas convicções políticas.

O empregador não tem o direito de transformar sua posição política em instrumento de pressão sobre quem depende do salário para sobreviver. A relação de trabalho não retira do cidadão sua autonomia, sua liberdade de pensamento ou seu direito de escolher seus representantes. O voto é livre e secreto. Não cabe ao patrão fiscalizar, determinar ou punir a preferência eleitoral de seus funcionários.

Também é grave a tentativa de prolongar a disputa política dentro das empresas, com perseguições a trabalhadores identificados com determinada candidatura ou partido. A eleição terminou, mas a discriminação continua sendo ilegal. Demitir, rebaixar ou excluir alguém por sua opinião política viola direitos e pode gerar consequências nas esferas trabalhista, cível e criminal.

Preocupa, ainda, que manifestações dessa natureza partam de pessoas em posições de liderança ou que representam instituições. A liberdade de expressão não justifica ameaças, humilhações ou estímulo à discriminação. O ambiente empresarial não está acima da Constituição nem das leis. Cabe aos empregadores impedir que divergências políticas interfiram nas relações profissionais e às instituições competentes investigar e responsabilizar os envolvidos.

A democracia se sustenta na liberdade de escolha e no respeito às diferenças. Usar o poder econômico para intimidar ou punir cidadãos por suas convicções é afrontar esses princípios. Nenhum trabalhador deve ter de escolher entre sua opinião política e seu emprego. O voto é um direito, não uma concessão do patrão.

Artigo

O voto não faz parte do contrato de trabalho

À medida que as eleições se aproximam e a disputa política se intensifica, o assédio eleitoral volta a ganhar espaço no ambiente corporativo brasileiro. Casos de empregadores que tentam influenciar, constranger ou direcionar o voto de trabalhadores têm ganhado visibilidade, impulsionados pelas redes sociais e pela atuação das autoridades.

O tema ganhou repercussão após o influenciador Rico Melquiades afirmar, em vídeo publicado nas redes sociais, que demitiria uma funcionária por votar no PT. O caso chegou ao Ministério Público do Trabalho e ao Ministério Público Eleitoral de Alagoas e à Justiça do Trabalho, que determinou que ele se abstenha de exigir, pesquisar, registrar ou divulgar informações sobre a preferência política e eleitoral de seus funcionários.

O episódio mostra que manifestações desse tipo ultrapassam o campo da opinião pessoal quando envolvem uma relação de trabalho. O assédio eleitoral não se limita a ameaças de demissão. Também pode ocorrer por meio de pressões veladas, exigência de participação em atos políticos, pedidos de comprovação de voto, promessas de benefícios condicionados a escolhas eleitorais ou criação de ambientes hostis para quem pensa diferente.

Em levantamento recente, o Ministério Público do Trabalho (MPT) informou ter recebido 991 denúncias de assédio eleitoral em 2026. O número evidencia que o problema não está restrito a episódios isolados e reforça a necessidade de discutir os limites da influência política nas relações profissionais.

Muitos gestores acreditam, equivocadamente, que a liberdade de expressão permite levar suas preferências políticas ao ambiente de trabalho sem restrições. Empregadores e empregados têm o direito de manifestar opiniões, mas esse direito encontra limites quando uma relação de poder pode influenciar ou pressionar a escolha de outra pessoa.

A Constituição Federal assegura o sigilo do voto e a liberdade de convicção política. No ambiente corporativo, esses direitos são ainda mais relevantes diante da dependência econômica e da subordinação hierárquica. Quando o trabalhador teme que seu salário, sua permanência no emprego ou suas oportunidades profissionais sejam afetados por suas escolhas eleitorais, sua liberdade fica comprometida.

A exposição desses episódios nas redes sociais amplia o constrangimento e pode atingir a dignidade e a privacidade dos envolvidos, além de gerar consequências jurídicas.

Para as empresas, o caminho é fortalecer políticas de respeito à diversidade de pensamento, orientar lideranças e impedir que discussões políticas sejam utilizadas como instrumento de gestão. O ambiente de trabalho deve permitir a convivência entre diferentes visões, sem interferência nos direitos individuais.

As eleições são um momento natural de debate público. Em um Estado democrático, porém, a liberdade de voto não pode ser negociada, condicionada ou pressionada. Isso vale tanto para a praça pública quanto para o escritório.



Renato Santos ,
Doutor em Administração pela PUC-SP e sócio-diretor da S2 Consultoria.

Artigo

A eleição terminou. As decisões da reforma tributária, não

Lula foi reeleito, mas ainda há decisões da reforma tributária que podem alterar as contas das empresas em 2027. A alíquota da CBS não foi fixada, o Imposto Seletivo segue sem percentuais definidos e ainda não há data para o split payment se tornar obrigatório. O Congresso aprovou as linhas gerais do sistema. Agora faltam escolhas que vão determinar quanto as empresas terão de recolher e quando o dinheiro sairá do caixa.

Há quase 25 anos acompanho mudanças na tributação brasileira. Aprendi que uma empresa não consegue rever um contrato com a mesma facilidade com que o governo publica uma regra. Quem fecha preços hoje precisa saber quais tributos terá de recolher amanhã. Na CBS, o prazo é especialmente apertado. O Tribunal de Contas da União tem até 30 de outubro para encaminhar o cálculo, e o Senado, até 15 de dezembro, para fixar a alíquota de referência. A CBS substituirá o PIS e a Cofins em 1º de janeiro. O percentual, portanto, pode sair depois de assinados muitos contratos para 2027.

No Imposto Seletivo, ainda não foram definidas as alíquotas sobre cigarros, bebidas, veículos e outros produtos. O governo deixou a apresentação da proposta para depois das eleições. Discute-se, ainda, uma PEC para manter temporariamente o IPI em determinados setores, diante do prazo de 90 dias para a nova cobrança. Mesmo assim, a proposta de Orçamento de 2027 já prevê arrecadar R$ 41,9 bilhões com o imposto. O valor esperado está no papel, mas as alíquotas ainda não.

O split payment, por sua vez, separa o imposto no momento da liquidação do pagamento. A Receita começou os testes em outubro e anunciou uma implantação gradual e facultativa, inicialmente entre empresas, no segundo semestre de 2027. Ainda não há data para torná-lo obrigatório nem definição completa das operações abrangidas. Para quem vende a prazo, isso interfere no cálculo do dinheiro que ficará disponível após o recebimento.

Também faltam detalhes da regulamentação. Uma nova versão do regulamento é esperada em novembro, enquanto empresas do Simples já precisam avaliar como vão recolher os novos tributos. Sem conhecer todas as condições, fica difícil comparar as opções.

Vejo mérito na tentativa de simplificar o sistema tributário. Mas aprovar as linhas gerais não dispensa o Executivo, o Senado e os órgãos técnicos de concluir as regras em tempo útil. Com Lula reeleito, o governo terá continuidade para conduzir a reforma e articular, com as demais instituições, as definições pendentes.

Às empresas, recomendo simular alíquotas diferentes, revisar contratos e verificar quais produtos podem sofrer incidência do Seletivo. Do poder público, espero um calendário claro para as decisões pendentes e o cumprimento dos prazos anunciados.

Quem precisa fechar o orçamento de 2027 não pode descobrir em dezembro as condições que deveria ter considerado meses antes.



José Guilherme Sabino,
fundador e CEO do Grupo Assertif, que há 25 anos atua em soluções de fluxo de caixa através de inteligência de dados.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Editores
Andréia Bahia
abahiagyn@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a Tribuna do Planalto em sintonia com você. Escreva para:
redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais
Tribunadoplanalto
@Tribunaplanalto

Endereço e telefone:
Av. Anhanguera, Sala 1601, Qd. 74 Lt. 9A/11
Palácio do Comércio: Cep 74.043-010
Fone: (62) 3434-1516

Fundado em 7 de julho de 1986. Estado e impresso por Sistema Planalto de Comunicação EIRELI



Tribuna Política

Domingos Ketelbey
dksilveira@gmail.com

A fila de Daniel

A montagem do governo de 2027 será o primeiro teste de Daniel Vilela depois da reeleição. O governador terá de acomodar os partidos que o acompanharam sem transformar cada apoio em direito adquirido a uma secretaria. A composição da equipe mostrará quanto espaço haverá para mudanças e quanto será destinado à continuidade.

Bruno apresenta nomes

O presidente estadual do União Brasil, Bruno Peixoto, abriu a possibilidade de indicar suplentes para o Executivo. Citou a experiência do ex-deputado Delegado Waldir, mas ressalvou que a decisão pertence a Daniel. A manifestação coloca uma demanda na mesa: aliados que ficaram sem mandato também querem participar do próximo governo.

Escolha com assinatura

A indicação de José Frederico Lyra Netto para substituir Fátima Gavioli na Educação oferece uma pista sobre a formação da equipe de Daniel. O governador escolheu um integrante da própria administração, hoje na Ciência e Tecnologia. A transição permitirá observar quais políticas serão preservadas e onde o futuro secretário pretende imprimir sua orientação.

Outra cadeira aberta

A transferência de José Frederico também abre uma discussão na Ciência, Tecnologia e Inovação. A escolha de seu sucessor será mais um indicador do espaço reservado a indicações partidárias e à continuidade administrativa. A mudança na Educação, portanto, tem efeito sobre duas áreas do primeiro escalão.

Passagem pelo Executivo

Bruno Peixoto entrega o governo a Leandro Crispim na terça-feira (3), conforme o calendário anunciado. O presidente do Tribunal de Justiça permanece até o retorno de Daniel, previsto para sábado (7). Para Bruno, eleito deputado federal, a interinidade acrescenta exposição estadual antes da mudança para Brasília. O período é curto; o ganho político dependerá do uso dessa agenda.

Relação depois do palanque

Daniel reconheceu o resultado presidencial e cobrou uma relação sem retaliações aos estados. Depois de apoiar Flávio Bolsonaro, precisará construir interlocução com o presidente Lula. A questão prática será como preservar as divergências políticas e, simultaneamente, negociar investimentos e demandas de Goiás. Esse diálogo terá mais consequência para a gestão do que a continuidade do discurso eleitoral.

Gayer e Wilder disputam o comando de um PL que não encerrou a eleição



Uma semana depois do segundo turno, o PL tem duas disputas para administrar. No país, precisa definir como fará oposição ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva depois da derrota de Flávio Bolsonaro e da saída do senador para os Estados Unidos. Em Goiás, precisa decidir quem conduzirá o partido e qual será sua relação com o governador reeleito Daniel Vilela (MDB). As duas questões atravessam o confronto entre o deputado federal e senador eleito Gustavo Gayer e o senador Wilder Morais, presidente estadual da legenda.

A eleição alterou o peso dos dois nessa queda de braço. Gayer conquistou uma cadeira no Senado e chega respaldado pelas urnas. Wilder perdeu a disputa pelo governo, mas conserva a presidência e mais quatro anos de mandato. Um tem força eleitoral renovada para reivindicar espaço. O outro mantém o controle formal da estrutura que o adversário interno pretende reorganizar.

Wilder sustentou a candidatura própria ao Palácio das Esmeraldas. Gayer defendeu uma composição com o grupo governista. O encerramento da campanha devolveu ao partido uma pergunta que a eleição não resolveu: qual relação estabelecer com Daniel?

A trégua tampouco resistiu ao resultado nacional. Na segunda-feira (26), Gayer cobrou que Wilder defendesse pessoalmente a anulação do segundo turno. "Bota sua cara nessa briga", escreveu, além de chamá-lo de "bunda mole". Wilder havia compartilhado uma manifestação de Flávio contra o resultado. Gayer exigiu mais, sem apresentar provas de irregularidade na eleição.

Ao cobrar do colega uma reação nos seus termos, Gayer também procura estabelecer quem dá o tom político do PL goiano. A presidência continua com Wilder. A autoridade sobre o partido está em disputa.

Há uma combinação que ajuda a compreender esse movimento: Gayer radicaliza o discurso nacional e defende entendimento com Daniel. Oposição a Lula e aproximação com o governo de Goiás cabem na mesma estratégia.

A mudança de comando encontra respaldo entre os eleitos. Em entrevista a esta edição da Tribuna (leia nas páginas 4 e 5), o deputado federal eleito Fábio Sousa defendeu a renovação, mesmo se Gayer não quiser assumir. "Querendo ou não, ele é o líder do partido, pode não ser o presidente, mas é o líder do partido", afirmou.

Sobre Daniel, Fábio também tomou posição: "Eu vou ajudar, eu quero ser situação". Ressalvou que a decisão sobre integrar a base cabe sobretudo aos deputados estaduais. Sua manifestação não torna o PL governista, mas mostra que a disposição para negociar ultrapassa Gayer.

Para Daniel, abre-se a possibilidade de ampliar sua sustentação parlamentar. Para Wilder, surge a dificuldade de preservar uma orientação que pode não ser acompanhada pelos eleitos. Gayer ainda precisa converter apoio em comando. O entendimento exigirá mais do que outra fotografia de reconciliação: será necessário definir qual espaço o PL pretende ocupar no governo que tentou derrotar.

Fusão com efeito local

O presidente eleito da Câmara de Goiânia, Thialu Guiotti, confirmou as negociações para unir Avante e Solidariedade, mantendo a federação com o PRD. A composição ainda depende de conclusão nacional. Em Goiás, porém, abre uma disputa concreta: como dividir o comando e os espaços entre dirigentes que hoje administram estruturas separadas.

Comando da bancada

O deputado federal reeleito José Nelto voltou a mencionar sua derrota na disputa pela coordenação da bancada goiana. "Perdi no tapetão", afirmou, embora tenha classificado o episódio como passado. Com os novos parlamentares, a composição terá de ser renegociada. A coordenação interessa porque organiza demandas coletivas e a interlocução de Goiás em Brasília.

Hugo passa de fase

A abertura de crédito de R$ 292 milhões para a nova sede do Hugo passou pela segunda votação na Alego na última quinta-feira (29). A cobrança política agora muda de endereço: aquisição, adaptação do imóvel e cronograma de funcionamento. A autorização orçamentária permite avançar, mas ainda não responde quando a nova estrutura começará a atender.

Alívio provisório

A suspensão dos efeitos da decisão sobre a taxa do lixo deu fôlego à Prefeitura de Goiânia. Permanecem, por enquanto, as regras anteriores, com descontos e isenções. O mérito da disputa continua aberto. Sandro Mabel ganhou tempo para defender seu modelo, mas ainda terá de enfrentar o julgamento dos recursos e a cobrança por transparência nos custos.

Aava mantém a cobrança

A vereadora Aava Santiago contesta a interpretação de que sua ação pretendia acabar com os subsídios da taxa do lixo. Defende os benefícios, mas cobra regulamentação por lei e demonstração dos gastos. O confronto com Mabel deve continuar em torno desses dois pontos. A suspensão judicial não eliminou a divergência política sobre quem paga e como se calcula a conta.

Refis na mesa

A Câmara aprovou o Refis e encaminhou o projeto à sanção de Mabel. A proposta ampliou para R$ 2,5 milhões o teto das dívidas elegíveis. Para a prefeitura, o teste será transformar renegociação em receita efetiva. O tamanho do estoque de créditos não pode ser confundido com dinheiro disponível para financiar a administração.

Reforma na saída

O presidente da Câmara, Hugo Motta, quer votar ainda neste ano a mudança para o sistema distrital misto. O entendimento do Centrão, porém, não basta: a articulação precisa ampliar apoios para alcançar os 308 votos. A bancada goiana terá de se posicionar sobre uma alteração nas regras pelas quais seus integrantes acabaram de disputar a eleição.

Maioria a negociar

A reeleição de Lula antecipou as negociações sobre o comando do Congresso. O presidente aposta na interlocução com Hugo Motta e Davi Alcolumbre para construir governabilidade na próxima legislatura. Para os parlamentares goianos, a escolha das Mesas será uma primeira demonstração de alinhamento: o voto nesses cargos nem sempre reproduz a divisão entre governo e oposição.

Entrevista

Fábio Sousa
Deputado federal eleito (PL)

Fábio Sousa defende renovação

do PL em Goiás e aproximação com Daniel Vilela

Deputado federal eleito avalia disputa entre Wilder Morais e Gustavo Gayer pelo comando da sigla, defende mudanças na direção partidária e diz que o PL deve ajudar o governador nos próximos anos.

De volta à Câmara dos Deputados a partir de fevereiro, o ex-deputado federal Fábio Sousa chega ao novo mandato com experiência parlamentar e uma agenda de desafios para o PL em Goiás e no Congresso Nacional. Bispo da Igreja Fonte da Vida, ele fala sobre a crise interna do partido, a disputa por espaço entre o senador Wilder Morais e o deputado Gustavo Gayer, a atuação da oposição ao governo Lula e os planos da legenda para as eleições de 2028. Na entrevista à Tribuna do Planalto, também defende que o PL retribua o apoio recebido de Daniel Vilela durante a campanha presidencial e participe da base de sustentação do governo estadual.



» Domingos Ketelbey

TRIBUNA DO PLANALTO

Qual a expectativa do senhor em relação a esse retorno à Câmara dos Deputados a partir de fevereiro do ano que vem?

FÁBIO SOUSA

Não foi uma eleição fácil, foi uma eleição, no meu caso, extremamente difícil. A prova é eu ter sido eleito na última colocação. Disputar eleição com pessoas com muita condição financeira ou muita estrutura, não é fácil, ainda mais alguém que está ressurgindo, politicamente falando. Mas graças a Deus e às pessoas que acreditaram, a gente volta. Eu não sou neófito, não comecei agora. Eu já tenho experiência de ter sido vereador, de ter sido duas vezes deputado estadual, de já ter sido deputado federal. Desta vez eu chego com uma bagagem, com uma experiência não só de vida, por estar um pouco mais velho, mas também experiência parlamentar. E é essa experiência que eu vou colocar à disposição do meu Estado, da ala que me elegeu, que é a direita brasileira.

Durante a campanha, o senhor disse que a legenda não honrou com o compromisso de cobrir as despesas. Foi um fator que prejudicou e contribuiu para essa posição do senhor no final das contas?

Dizer que não é necessário recurso na campanha é conversa. Você precisa de dinheiro, não tem jeito. O que aconteceu? O partido nacional tinha conversado comigo, o pessoal me conhece, tenho bons amigos lá, que eu seria tratado como um deputado federal pelo fato de ser ex-deputado federal. Eu teria aquilo que os deputados federais tiveram. Fiz a programação baseada nisso, e quando fiquei sabendo que eu não teria esse recurso, eu tive que saltar. A necessidade faz o sapo pular. Eu gravei um vídeo na qual eu justificava aos meus amigos que iam receber esse vídeo, o motivo de estar pedindo contribuição para campanha. Porque a pessoa vai ouvir eu pedindo contribuição, a primeira coisa que ele vai pensar é o seguinte: "Não, o PL tem tanto dinheiro." Eu tinha que justificar para esse meu amigo que ia receber a minha ligação: "Na verdade, o partido não está ajudando naquilo que prometeu, então eu preciso da sua ajuda". Eu não esperava, e falo com toda a minha sinceridade, a repercussão que teve, porque era para ser um vídeo interno entre amigos. Alguém deve ter mandado para frente e pronto. No frigir dos ovos, depois da eleição, óbvio, vendo que eu ganhei as eleições, o partido me procurou. Eu estava cheio de compromissos dentro da legislação, dentro do que a lei permite, e me ajudou um pouco. Não foi o tanto que ajudou o Victor Hugo, o Fred (Rodrigues), está longe de ser o tanto que ajudou a Magda Mofatto, que foi a única que recebeu teto aqui em Goiás. Mas foi uma ajuda, entrou o que eu precisava para fechar minhas contas.

O senhor se sentiu desprestigiado diante da distribuição?

Como eu conheço como funciona o jogo, não posso dizer isso. É ruim quando você assume o compromisso e não cumpre, ninguém é obrigado a assumir compromisso. Mas eu sei como é que funciona, partido sempre foi assim, tem gente mais beneficiada que outros. Para mim é um fato superado, bola para frente, agora é fazer um bom mandato. Eu não tenho problema com isso mais.

O PL elegeu uma forte bancada tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal, mas não levou a Presidência da República. Como a oposição será construída diante desse novo cenário?

Nós vamos ter uma oposição extremamente aguerrida, fortalecida e com estrutura. Segundo o regimento interno, pela quantidade de deputados que o PL elegeu, ele tem direito até às três primeiras escolhas de comissões, independente de quem for o presidente da Câmara. Então o PL tem condição de escolher a CCJ e a Comissão de Fiscalização, sem dever isso para ninguém. São as duas comissões mais importantes da Casa. Tudo, tudo do governo passa lá. E o PL pode indicar o relator ou o presidente da Comissão do Orçamento. É impossível desprezar a força do PL no Congresso Nacional nos próximos quatro anos. Eu não sou ingênuo, sei que tem gente que foi eleito falando que era de direita e no final das contas não é. E eu sei também que o governo Lula hoje governa com o STF, ele não governa com o Congresso, não usa o que a Constituição manda, que é usar os deputados e senadores para aprovar leis, para andar o processo. Ele vai atrás do STF, onde tem parceiros. Mas mesmo assim me dá esperança, a gente tem que se apegar à esperança. Tem um versículo da Bíblia que fala que a gente tem que trazer à memória aquilo que nos traz esperança, e o que dá esperança é o seguinte: se três, quatro deputadas do PT fazem um barulhão e imagina os 120 do PL, uns 50

que acho que vamos ter mais aguerridos. O PL será extremamente importante no sentido de impedir aquilo que veio para destruir a sociedade brasileira.

Há espaço para a convergência em um assunto ou outro ou uma oposição tão fortalecida impede a governabilidade?

Eu sou contra a oposição irresponsável. A oposição tem que ser produtiva, proativa, e se houver alguma coisa boa, é lógico que temos que analisar e votar favorável. É difícil acreditar que esse governo traga alguma coisa boa. Não trouxe nos últimos quatro anos, não vai ser agora que vai trazer. Pelo contrário, os últimos quatro anos foram horrorosos economicamente falando, no sentido de empobrecer a população, de enfraquecer a nossa economia, de enfraquecer a própria República e a própria democracia brasileira.

Partidos do Centrão já estariam começando a dialogar com o governo federal, que busca anular a oposição do PL. O Centrão pode anular a oposição do Partido Liberal?

O mantra do Centrão é: "É governo, sou a favor". Não interessa quem fosse o presidente, o Centrão estaria do lado, eles querem ter participação desse governo. O que me dá esperança é que o centrão diminuiu. Ainda é a maior força no Congresso, mas diminuiu. Damares Alves é do Republicanos, um partido do Centrão, do Hugo Motta. Mas é uma senadora à direita, que não vai fazer aliança com esse governo. Temos outros casos de deputados eleitos no União Brasil, PP, Republicanos, MDB que são de direita de verdade, que têm um nome ou que perderam a vergonha. Porque antigamente era vergonhoso ser de direita. Perderam a vergonha de ser de direita. É isso que traz esperança para gente hoje.

A bancada evangélica diminuiu na última eleição e uma das explicações seria que pastores e bispos que não aderiram ao bolsonarismo foram deixados de lado. Como o senhor vê a redução da bancada evangélica?

Eu nunca participei ativamente da bancada evangélica, seja em qualquer Casa Legislativa em que eu participei. Eu não sou contra, acho que elas devem existir como qualquer outra frente parlamentar, mas eu mesmo nunca fui um participante ativo, porque quando eu estou no Congresso Nacional, eu não sou deputado de nicho, eu sou deputado do meu estado. E como deputado do meu estado, eu tenho que representar evangélicos e não evangélicos. Essa é minha intenção. Dito isso, eu acho que houve um fenômeno nessa eleição, em poucos casos, de migração de voto de quem tinha bandeira evangélica exclusiva, para conservador. O próprio evangélico se vê representado no conservadorismo, em quem defende a bandeira da direita. Por outro lado, tem alguns candidatos que por mais que sejam representantes do segmento evangélico, não abraçaram de uma forma firme, pelo menos na visão do eleitor, aquelas bandeiras que eles gostariam que fossem defendidos. Talvez tenha sido isso que trouxe a migração dos votos. Mas eu repito, não foi do jeito que estão dizendo. Eu aposto que deve ter em torno de uns 100 deputados evangélicos ou mais, e pelo fato deles estarem em vários partidos, acaba que você não consegue identificá-los.

Como é que o senhor viu a saída do senador Flávio Bolsonaro do país em direção aos Estados Unidos?

Essa eleição teve muita coisa inédita, coisas que são até difíceis de explicar. Mas se eu for tentar explicar, eu vou dizer que houve a maior compra de votos legalizada da história por parte do Lula. Ele usou e abusou de programas sociais, de promessas, inclusive de distribuição de dinheiro, que começaram no exercício do mandato, ferindo legislações vigentes, a legislação eleitoral e que ninguém deu a mínima para isso. Por mais que o PL e outros partidos entraram com ações, a Justiça não deu muita moral para isso, não. Teve desde aumento de Bolsa Família, pagamento de Bolsa Família antes da hora, promessas chegando no Whatsapp dizendo que o MEI vai receber R$ 5 mil, um verdadeiro estelionato eleitoral, pelo simples fato do Brasil estar quebrado. Nós temos uma dívida de R$ 11 trilhões, ou seja, são inexequíveis essas promessas. Soma-se que logo depois do findar das eleições, essa surpresa não foi apontada por nenhum instituto de pesquisa no Brasil, o ministro da Suprema Corte, que até ontem era advogado pessoal do Lula e do partido que venceu as eleições, tomou a decisão de estender as eleições. E ainda, o advogado que assinou a petição é ex-sócio dele. Só por isso ele já devia ter se declarado a sua suspeição.

Somou-se tudo isso, sete minutos depois do resultado eleitoral, o juiz que é conhecido por ser um verdadeiro carrasco da família (Bolsonaro) determina a apreensão do passaporte do candidato que teve quase 60 milhões de votos. É compreensível ele querer ir para os Estados Unidos, é compreensível os Estados Unidos ajudarem nessa saída dele do Brasil. O pai foi preso por esse, que é um inimigo declarado. O que passou na cabeça do Flávio, penso eu: "Meu pai que enfrentou um julgamento totalmente injusto pegou 27 anos de cadeia, meu irmão foi embora para não passar por isso. Vou embora, porque lá eu dou conta de de ter fala, ter voz. Meu pai está há um ano sem poder mandar uma carta." É um absurdo isso, todo preso pode escrever uma carta. Ele está incomunicável. Acho que isso tudo pesou. Eu não gostei da carta que Flávio escreveu. Eu achei desnecessária, mas o resto é totalmente compreensível.

Por que não gostou da carta?

O eleito foi Lula. Ele tem que denunciar que não houve equiparação de armas no processo, que houve ilegalidades nas ações do Lula como candidato, que tem um juiz que tem muito poder, um dos homem mais poderoso do Brasil, que manda prender quem ele não gosta. É isso que ele tem que falar lá fora, Ele tem que usar os quase 60 milhões de votos. O que aconteceu com ele 7, o juiz mandou apreender o passaporte dele. O Lula, no debate, ameaçou ele de prisão. Lula disse: "Você vai perder eleição e vai responder processo." Ai ele recebe informações do governo americano, porque o governo americano que ajudou ele a sair daqui, e pesa sobre a cabeça dele o fato de que ele já começa o julgamento condenado. Não tem uma pessoa no Brasil que, ao começar o julgamento do Jair Bolsonaro, não tinha certeza absoluta que ele ia ser condenado. Para mim é absurdo você ir para o julgamento sabendo que o juiz vai te condenar.

Diante desse cenário que o senhor desenhou,o país vai passar os próximos quatro anos à deriva?

Nós vamos ter que ter responsabilidade, isso é uma coisa que eu proponho ao PL. Somos oposição ferrenha, mas responsável, porque o Brasil está quebrado. O TCU soltou uma nota, dizendo que não tem dinheiro para pagar aposentadoria. Estamos falando de juro galopante, de recorde de endividamento das famílias brasileiras, a situação econômica do Brasil degringolou como nunca, estamos à beira de recessão para depressão. Temos que ser responsáveis, porque no meio dessa história, dessa disputa política, tem 211 milhões de brasileiros.

Como é que o senhor vê essa queda de braço envolvendo o deputado federal Gustavo Gayer, senador eleito, e o presidente do partido, senador Wilder Morais, escancarando a crise interna do PL?

Briga de cachorro grande é difícil cachorro pequeno se intrometer. Eu sou favorável a uma renovação partidária, nada contra o Wilder, tenho o maior respeito pelo Wilder, é uma liderança política importante e uma liderança empresarial. Mas ele está na liderança do partido há quatro anos. Acho extremamente salutar haver uma reoxigenação no partido. E tem do outro lado o senador Gayer, que vem com uma força expressiva de votos, que tem uma inserção no PL nacional, que pode fazer essa necessária renovação do partido. O que esperamos é que os dois se acertem, conversem, até porque vão ser colegas de bancada por quatro anos, sentam na mesma fila lá no Senado. Até pelo bem do PL, eles vão ter que conversar. Eu não sou favorável ao caciquismo, sei que o que vinga no Brasil é o caciquismo, o partido tem um cacique e esse cacique se perpetua no poder. Eu acho que renovar a liderança é sempre muito bom, é sempre positivo para o partido

O Gayer seria um bom nome para conduzir o partido nos próximos anos?

O PL tem quatro deputados federais, cinco deputados estaduais, fora os dois senadores, prefeitos importantes como Márcio Correa, de Anápolis, o que não faltam são quadros para ocupar esse cargo. O Gayer, senador mais votado, dá uma credencial maior para ele. E parece-me que o que os filiados querem é isso mesmo. Eles olham para o Gayer como o próximo líder do partido. Querendo ou não, ele é o líder do partido, pode não ser o presidente, mas ele é o líder do partido. Caso ele não queira, eu ainda sou favorável a uma renovação.

O PL deve aderir à base do governador Daniel Vilela?

Essa é uma decisão que cabe muito mais aos deputados estaduais. A minha opinião pessoal é que o PL deveria ajudar o governador Daniel Vilela, porque ele deu uma sinalização para o PL nacional, sendo o primeiro governador a declarar voto, fazendo a primeira reunião para o nosso candidato. Seria interessante nós retribuirmos, fazendo isso. O que depender do Fábio, eu vou ajudar, eu quero essa situação. Eu tenho uma amizade com o Daniel, fui deputado estadual com ele, fui deputado federal com ele, estou à inteira disposição de ajudá-lo naquilo que eu puder.

O PL foi o principal adversário do prefeito de Santo Mabel na eleição para prefeito de Goiânia. Como vê os rumos do partido para 2028?

O PL, como o partido mais forte do Brasil, não pode deixar de ter candidato em nenhuma capital do Brasil. E o que não falta são nomes para serem ofertados. Não pode apresentar um candidato sem um projeto, sem um programa de governo, só para falar de ideologias políticas. É bom, é importante? Claro que é, mas precisa oferecer à população propostas que venham fazer a diferença na cidade. Defendo que o PL ajude o governador Daniel nos próximos quatro anos e que tenha candidato ao final desses quatro anos. E vai ser uma coisa muito tranquila, porque Daniel não é candidato à reeleição. Pelos mesmos motivos que defendo que tenha candidato a prefeito de Goiânia, pela força que o PL tem hoje. Partido do tamanho que é hoje o PL, diria até que irresponsabilidade não oferecer um candidato.

2028 já começou?

Para quem vive política, a eleição de 2028 começou dia 26 de novembro desse ano, mas a população não está atenta a isso, por isso que eu acho que essas discussões são muito iniciantes e precisam ainda de muito amadurecimento.

O PL é visto como um partido muito ideológico, e as pautas relacionadas à gestão parecem ficar em segundo plano. Isso tem que ser revisto dentro do partido?

Acho que é falta de comunicação, porque nós temos quadros muito preparados, não só como possíveis candidatos, mas também para fazer compor um governo. O que falta é passar à população: "Olha, nós somos de direita, somos conservadores, somos pró-família, somos em pró-vida, e por sermos em prol da vida, vamos oferecer uma UPA extremamente aparelhada e com condições de atender os seus familiares. Porque nós somos a favor da família que vamos dar uma educação de qualidade pros seus filhos. É preciso passar para a população que somos o partido da ideologia da direita, mas que até por isso, temos como resolver os problemas que o munícipe precisa.

> **O PL deveria ajudar o governador Daniel Vilela, porque ele deu uma sinalização para o PL nacional.**

Eleição presidencial

Caiado esbarrou na dificuldade de transformar força regional

em projeto nacional, avalia cientista política

Silvana Krause analisa articulação partidária, campanha presidencial e negociações para o próximo governo; pesquisadora também discute futuro de MDB e PSD

» Domingos Ketelbey



A dificuldade de transformar uma liderança estadual em um projeto nacional pode ter sido um dos principais obstáculos à candidatura do ex-governador Ronaldo Caiado (PSD) à Presidência da República nas eleições de 2026. A avaliação é da cientista política Silvana Krause, em entrevista à Tribuna do Planalto. Ao analisar a ida de Caiado ao PSD, após uma trajetória vinculada ao PFL, ao DEM e ao União Brasil, a pesquisadora aponta dificuldades para conciliar interesses estaduais em uma candidatura nacional.

"A nossa direita tradicional se reduz muito a fronteiras estaduais, e isso mostra muito a dificuldade dela de realmente convencer com um projeto de nação. Esse é o grande desafio da direita tradicional", afirmou.

Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com atuação em pesquisas sobre partidos e eleições, Silvana lecionou durante 16 anos na Universidade Federal de Goiás (UFG). Na entrevista, examinou a candidatura de Caiado, a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e as negociações partidárias para o próximo mandato.

Ao tratar do ex-governador, a pesquisadora concentrou sua explicação na relação entre os projetos estaduais e a escolha de uma candidatura presidencial. Segundo ela, a construção de uma campanha nacional exige acordos entre lideranças que disputam posições dentro dos próprios partidos.

"Isso tudo é uma dificuldade muito grande de uma articulação nacional que consiga superar projetos regionais, estaduais de várias oligarquias", disse. Na leitura apresentada pela entrevistada, a questão envolve a organização partidária e os compromissos necessários para reunir esses grupos em torno de uma candidatura.

A escolha do PSD e o papel de Kassab

Silvana citou a mudança de Caiado para o PSD ao discutir como as negociações partidárias interferem nas candidaturas nacionais. Ela relacionou a troca de legenda às disputas entre dirigentes de diferentes estados e aos respectivos projetos eleitorais.

"Basta a gente olhar o que aconteceu com Caiado. Ele teve que sair do seu partido porque tinha disputas regionais entre outros estados", afirmou. Para a pesquisadora, essas negociações ajudam a compreender as condições em que uma candidatura à Presidência é organizada.

"Essa fragmentação, esse olhar muito em carreiras estaduais, dificulta muito uma expansão e mobilização nacional", acrescentou. A observação foi feita em resposta à pergunta sobre a relação entre a presença política de Caiado em Goiás e sua atuação fora do estado.

Questionada sobre a decisão do PSD de escolhê-lo, Silvana evitou fechar um diagnóstico sobre a estratégia de Gilberto Kassab. "Essa é uma grande questão que eu estou tentando agora mastigar para analisar", respondeu.

A pesquisadora disse que a expectativa em torno da candidatura estava relacionada à estrutura municipal do PSD. Ressaltou, porém, que ainda está examinando a escolha de uma liderança com trajetória concentrada em Goiás e o resultado dessa decisão para o partido.

Ao abordar os próximos movimentos de Kassab, Silvana apresentou como hipótese sua participação nas negociações do novo governo. "Provavelmente ele vai estar com o novo governo", afirmou. A declaração foi uma projeção da entrevistada, sem anúncio de acordo ou indicação de cargos.

Caiado como conselheiro e articulador

A conversa também abordou o espaço que Caiado poderá ocupar depois da disputa presidencial. Silvana apontou a possibilidade de atuação nas articulações partidárias e junto ao mandato de sua mulher, Gracinha, no Senado.

"Não tenho dúvida de que ele tem política no sangue. Ele vai ter a esposa no Senado e vai ser uma importante figura de conselheiro, de articulador, sem dúvida", afirmou.

A resposta foi dada à pergunta sobre a continuidade da trajetória do ex-governador fora de um mandato próprio. Silvana não indicou uma função formal ou uma nova candidatura. Sua avaliação se concentrou na possibilidade de participação nas negociações e no aconselhamento político.

Esse foi o desdobramento que a pesquisadora apresentou para o caso de Caiado: a manutenção de uma atuação partidária, mesmo depois do encerramento da campanha presidencial.

O resultado presidencial e a votação para o Congresso

No plano nacional, Silvana definiu a eleição como "atípica". Ao explicar o termo, destacou a mudança de posição entre os candidatos nos dois turnos e a diferença entre os resultados das disputas para o Executivo e o Legislativo.

O presidente Lula foi reeleito com 51,79% dos votos válidos, enquanto Flávio Bolsonaro recebeu 48,21%, segundo o resultado anunciado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Para a pesquisadora, a votação para a Presidência não permite atribuir automaticamente uma mesma identidade partidária ou ideológica às escolhas feitas para outros cargos. Ela lembrou que o eleitor pode apoiar candidatos de partidos diferentes ao longo da votação.

"Essa relação de resultado que a gente vê nas urnas agora, de ter um Executivo que continua centro-esquerda e um Legislativo em que cresce uma extrema direita, a diferença entre Executivo e Legislativo não é novidade", afirmou, ao apresentar sua interpretação sobre a composição política decorrente da eleição.

Silvana também fez uma ressalva sobre as explicações para a reeleição presidencial. "Não dá para dizer que a vitória do Lula é uma vitória que se reduz a uma explicação ideológica de centro-esquerda", disse.

Na entrevista, ela chamou atenção para o voto na pessoa do candidato e para a necessidade de examinar diferentes fatores na decisão eleitoral. Não apresentou uma distribuição desses fatores nem atribuiu a um deles, isoladamente, a definição do resultado.

Redes sociais e mobilização de rua

Ao analisar a campanha do segundo turno, Silvana destacou a combinação entre comunicação digital e participação nas ruas. Ela atribuiu a essa articulação um papel na mobilização em torno da candidatura do presidente Lula.

"A centro-esquerda descobriu como fazer campanhas no século XXI", afirmou. Em seguida, explicou que se referia ao uso das redes sociais e de mecanismos de comunicação digital associados à organização de atos presenciais.

A pesquisadora disse ter observado mobilizações tanto nas capitais quanto no interior. "Além de muita gente das capitais, teve também movimentos muito significativos no interior", declarou. A participação dos jovens também apareceu em sua análise: "Os jovens tiveram uma participação impressionante".

As declarações expressam a interpretação de Silvana sobre a campanha. Na entrevista, ela não apresentou levantamento de público, distribuição territorial dos atos ou dados que permitissem medir a contribuição de cada forma de mobilização para a votação.

Ao desenvolver o argumento, a cientista política relacionou o processo à transformação das organizações partidárias. "Os partidos estão se digitalizando", disse. Citou o PL ao discutir características de partidos que incorporam a comunicação digital à sua atividade.

Para ela, essa mudança envolve a maneira de organizar a participação política e de manter contato com o eleitor. "É um novo tipo de articulação", afirmou, ao tratar da combinação entre redes, estruturas partidárias e presença nas ruas.

Governabilidade depende das negociações

Questionada sobre a relação do presidente Lula com o próximo Congresso, Silvana não tratou a diferença ideológica entre Executivo e Legislativo como uma resposta suficiente para definir as condições de governabilidade.

"A reeleição de Lula vai ser mais difícil? Tenho minhas dúvidas. Vai depender muito, claro, desse novo governo que se instala a partir do ano que vem", afirmou.

A pesquisadora lembrou que a formação de maiorias parlamentares exige negociações e que a posição eleitoral dos partidos não determina, por si só, todos os acordos posteriores. Na sua análise, é necessário acompanhar como as bancadas e suas lideranças vão se organizar depois da disputa.

Silvana também incluiu na discussão a reação da oposição ao resultado presidencial.

A matéria completa você lê no site da Tribuna do Planalto: tribunadoplanalto.com.br

Goiás

Parcerias com Lula

atravessam divisão partidária nos municípios

Embora 212 dos 246 prefeitos estejam em partidos que apoiaram Flávio Bolsonaro, gestores defendem parcerias com a União; obras e serviços devem pautar a relação até 2028.

» Carlos Nathan Sampaio



Foto: Ricardo Stuckert / PR

Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante Visita ao Instituto Federal Goiano – Campus Catalão, Goiás, em junho de 2026

O cenário municipal partidário de Goiás aponta maioria de prefeitos ligados a siglas que apoiaram Flávio Bolsonaro (PL), mas, passadas as eleições que reelegeram Luiz Inácio Lula da Silva (PT), as manifestações de gestores indicam que a relação com o governo do petista deve seguir pela via institucional. Dos 246 municípios, 212 são comandados por partidos do campo contrário ao Governo Federal; 17 estão em legendas que apoiaram Lula e outros 17 em siglas sem posição nacional fechada ou com alinhamento dividido. A conta dimensiona o ambiente político, mas não revela o voto ou a conduta individual de cada prefeito.

O levantamento considera a legenda pela qual os gestores foram eleitos ou assumiram o cargo até 27 de outubro de 2026. Os 47 municípios do MDB foram incluídos no grupo de Flávio porque o diretório goiano, liderado pelo governador Daniel Vilela, apoiou o candidato do PL. Nacionalmente, o partido se dividiu entre diretórios estaduais favoráveis aos dois candidatos.

O mapa partidário é um indicador de contexto, não uma declaração individual de apoio. Prefeitos precisam negociar recursos, convênios e programas federais, qualquer que seja o resultado presidencial. Saúde, habitação, saneamento e infraestrutura dependem de articulação entre União, Estado e municípios; parlamentares também participam dessa interlocução. Assim, diferenças ideológicas convivem com a cooperação administrativa.

Diálogo como instrumento de gestão

Marden Júnior (União Brasil), prefeito de Trindade foi um dos que defendeu que a eleição não interrompe, ou não deve interromper, a agenda de trabalho. "A eleição terminou, e agora é hora de trabalhar ainda mais. Respeitamos a decisão soberana das urnas e esperamos que o presidente Lula governe para todos, sem distinção partidária", afirmou. Ele defende a relação republicana e cita saúde e infraestrutura como prioridades. "Nós vamos continuar defendendo os interesses do município de Trindade acima de tudo."

> **A nossa expectativa é de que esse diálogo continue e que possamos avançar ainda mais nos próximos anos**
>
> ***Fernando Pellozo,*** *União Brasil, prefeito de Senador Canedo*

A fala sintetiza o cálculo: reconhecer o resultado, cobrar igualdade no acesso aos programas e manter os interesses locais em primeiro plano. O teste é transformar diálogo em serviços e obras, identificando quem financiou cada entrega.

Em Senador Canedo, também governada pelo União Brasil, Fernando Pellozo cita projetos federais em andamento. "Como prefeito, minha responsabilidade é cuidar de Senador Canedo e manter uma relação institucional com todos aqueles que possam contribuir com o desenvolvimento da nossa cidade", disse. O município recebeu recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para saneamento, com obras próximas do início; entregou uma Unidade Básica de Saúde; está na fase final de construção de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS); e deve começar neste ano a entrega de 384 apartamentos do Minha Casa, Minha Vida.

"A nossa expectativa é de que esse diálogo continue e que possamos avançar ainda mais nos próximos anos", afirmou Pellozo. As parcerias citadas envolvem saneamento, saúde e moradia. Anúncio, início de obra e entrega são fases distintas, e a disputa pelo crédito pode envolver prefeitura, governo federal, Estado e parlamentares.

As grandes cidades ampliam a cobrança

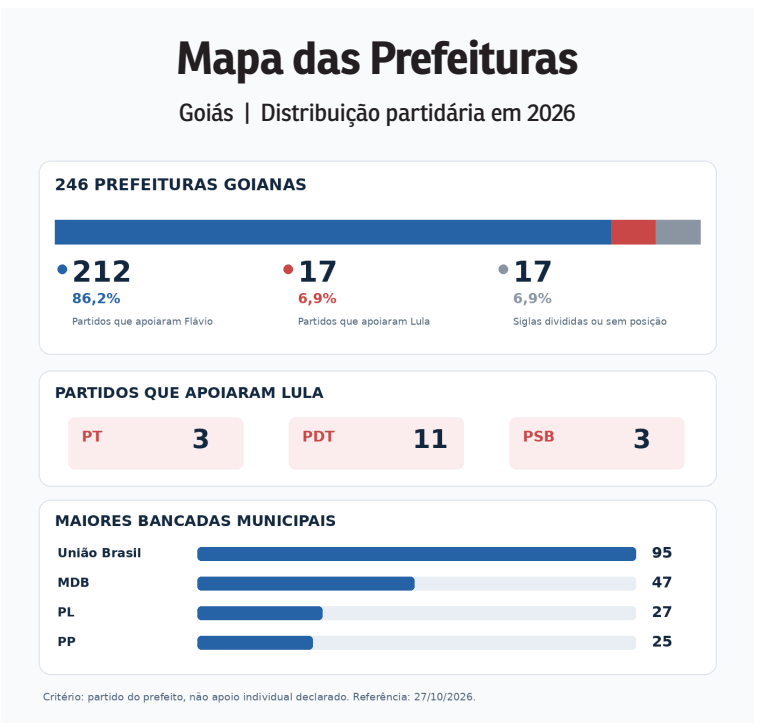
Nenhuma das dez cidades mais populosas de Goiás é comandada por partido do grupo que apoiou Lula. Goiânia (com população de 1.511.709), sob Sandro Mabel (União Brasil); Aparecida de Goiânia (560.996), com Leandro Vilela (MDB); e Anápolis (424.647), com Márcio Corrêa (PL), são as três maiores. Águas Lindas, Rio Verde, Luziânia, Valparaíso, Senador Canedo, Trindade e Catalão completam a lista, sob gestores do União Brasil ou MDB.

A escala dessas cidades amplia a demanda por investimentos federais em moradia, saúde, saneamento e mobilidade. Por isso, o diálogo será medido menos pela cordialidade pública e mais por projetos aprovados, cronogramas e entregas percebidas pelos moradores.

Na Cidade de Goiás, o prefeito Aderson Liberato Gouvêa, do PT, celebrou a vitória em tom político. "Seguimos celebrando com o coração cheio de emoção, alegria e esperança! Uma celebração pela democracia, pela cidadania, pela liberdade e pela força do povo brasileiro!", declarou. Ele disse que a caminhada continua "pela democracia, pela cidadania, pela liberdade e pelo povo brasileiro". Sua manifestação contrasta com o tom institucional de Marden e Pellozo, mas mostra que posições políticas distintas continuarão presentes no mapa goiano. O PT também governa Itapuranga e Professor Jamil.

A janela até 2028

Os próximos dois anos são uma janela curta para obras grandes, mas podem destravar projetos, assegurar repasses e formar balanços de gestão. Com a eleição municipal de 2028 no horizonte, tende a crescer a disputa pelo crédito: prefeitos podem destacar a articulação local, enquanto o governo federal associará entregas a seus programas. Informar valores, origem dos recursos e responsabilidade de cada ente ajuda a separar anúncio de resultado.



O que acompanhar

- ✅ Se as obras de saneamento em Senador Canedo começam.
- ✅ A entrega dos 384 apartamentos e a conclusão do CAPS.
- ✅ A continuidade de convênios em cidades governadas pela oposição.
- ✅ Como União, Estado, municípios e parlamentares dividem o crédito.

À luz dos números e das falas, o caminho provável é pragmático: disputa no discurso e cooperação em projetos de interesse local. Romper com o Planalto pode reduzir oportunidades de investimento; aproximar-se administrativamente não apaga alianças e diferenças ideológicas. Aos prefeitos caberá cobrar sem fechar pontes e demonstrar benefícios. Ao governo Lula, manter canais abertos também nas cidades onde a maioria política apoiou seu adversário.

Eleições 2026

Denúncias de assédio eleitoral

explodem após segundo turno

Constranger trabalhadores ou demiti-los por preferências políticas é crime e pode ser punido nas esferas eleitoral, trabalhista e cível, alerta advogado

» Carla Borges

Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil



Protesto contra a Meta: empresa é alvo de ação do MPT para retirar do ar publicações que estimulem empresários a demitir funcionários por preferências políticas

As denúncias de assédio eleitoral explodiram após o segundo turno das eleições presidenciais e a virada histórica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que venceu o pleito depois de ter ficado atrás de seu oponente, Flávio Bolsonaro (PL), no primeiro turno.

O Ministério Público do Trabalho em Goiás (MPT-GO) registrou 89 denúncias desse tipo até a quinta-feira, dia 29. No Brasil, foram 1.140 denúncias em apenas três dias. Desde o início da campanha, foram 3.080 registros. O assédio eleitoral consiste em pressionar um trabalhador por sua escolha política ou demiti-lo por esse motivo. Nas redes sociais, pipocaram campanhas informais pela demissão de trabalhadores "petistas". Não se trata de mera coação. "É um ilícito em três esferas ao mesmo tempo", explica à Tribuna o advogado trabalhista Sebastião Justo Neto.

Na quinta-feira (29), o MPT acionou a Justiça para obrigar a Meta a retirar do ar, em até 24 horas, todas as publicações que estimulem empresários a vigiar, expor, deixar de contratar e demitir funcionários por preferências políticas ou voto. O pedido inclui as plataformas Instagram, Facebook e Threads, que pertencem à big tech americana. Além disso, o MPT obteve 52 decisões liminares na Justiça para combater o assédio eleitoral e para garantir o direito ao voto livre aos trabalhadores no segundo turno.

O advogado Sebastião Justo Neto esclarece que na esfera eleitoral, essa conduta pode configurar crime. "O art. 301 do Código Eleitoral pune quem usa violência ou grave ameaça para coagir alguém a votar ou não votar em determinado candidato, com reclusão de até quatro anos e multa", cita o advogado. Se houver promessa de vantagem em troca do voto, entra o art. 299 (corrupção eleitoral). Na esfera trabalhista, é ato discriminatório e violação à liberdade de convicção política, protegida pela Constituição (art. 5º, VIII), pela Lei 9.029/95 e pela Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que cita expressamente a opinião política como critério proibido. Na esfera cível, gera dever de indenizar.

"A demissão motivada pela preferência política é dispensa discriminatória. Não é crime por si só, mas é nula, e o empregador responde por ela", orienta Sebastião Justo Neto. A legislação brasileira prevê punições. Para a pessoa física que coage, cabe a pena criminal do Código Eleitoral. Para a empresa, a Lei 9.029/95 permite que o trabalhador escolha entre a reintegração no emprego com o pagamento de todo o período afastado ou a indenização em dobro desse período, sempre com correção e juros, além da indenização por dano moral.

Além disso, o MPT pode ajuizar ação civil pública, com multa e obrigação de a empresa adotar medidas internas, e a Justiça Eleitoral pode reconhecer abuso de poder econômico quando a estrutura da empresa é usada a favor de um candidato, o que pode atingir o próprio candidato beneficiado. "Conversar sobre política no trabalho não é assédio", pontua Sebastião Justo Neto. "O que caracteriza o ilícito é quando o emprego passa a ser moeda de troca ou instrumento de pressão".

Guardar provas

Por envolver uma relação assimétrica de poder, na qual o empregador é mais forte, comprovar o assédio eleitoral não é tão simples, mas o trabalhador deve buscar formas de se resguardar. "A prova, de fato, exige cuidado. Mas hoje ela costuma estar nas mensagens de WhatsApp, nos grupos da empresa, nos e-mails, nas redes sociais e nos relatos de colegas", enumera o advogado. "Quando a dispensa ocorre logo após uma manifestação política do empregado, a proximidade entre os fatos pesa muito na análise do juiz, e a empresa é quem precisa demonstrar que havia outro motivo legítimo".

Nesse sentido, do lado do empregado, deve-se guardar todas as mensagens e registros, não apagar nada e não responder com provocação. "Do lado da empresa, que é onde o problema nasce e onde se evita: política escrita de neutralidade política no ambiente de trabalho, orientação clara aos gestores e líderes de equipe, proibição de uso de grupos, uniformes e canais da empresa para campanha, canal interno de denúncia e apuração séria de qualquer relato", orienta Sebastião Justo Neto.



Quando a dispensa ocorre logo após uma manifestação política do empregado, a proximidade entre os fatos pesa muito na análise do juiz, e a empresa é quem precisa demonstrar que havia outro motivo legítimo.

Sebastião Justo Neto, *advogado trabalhista*

"Opinião política não é requisito técnico, mas prática discriminatória"

O aumento vertiginoso das denúncias de assédio eleitoral e o contexto de polarização política, que ainda permanece depois de finalizadas as eleições e proclamado o resultado pela Justiça Eleitoral, colocou no centro das discussões o limite entre a liberdade de fixação de critérios para contratação e dispensa de empregados e os mecanismos legais criados para impedir abusos, práticas discriminatórias e, em última instância, crimes.

O advogado Sebastião Justo Neto pontua que a empresa é livre para definir requisitos técnicos da vaga, como formação, experiência, competências. Mas alerta: "Opinião política não é requisito técnico. Usar esse filtro na contratação é prática discriminatória vedada pela Lei 9.029/95 e pela Convenção 111 da OIT, e expõe a empresa, o profissional de RH que executa o filtro e, no caso de psicólogo, também o registro profissional dele no conselho de classe". Em outras palavras: a empresa responde pelos atos de seus gestores mesmo quando a diretoria não sabia. "Prevenir custa muito menos do que responder a uma ação do MPT", avalia o advogado.

Sebastião Justo Neto acrescenta que o assédio eleitoral não acaba com a eleição. "Demitir, rebaixar ou excluir alguém depois do resultado, por causa de como ele se manifestou durante a campanha, continua sendo discriminação e continua gerando as mesmas consequências."

A esse respeito, a OAB-GO publicou uma nota oficial na qual enfatiza que "opiniões pessoais, inclusive as de membros da gestão, não representam o pensamento da instituição". Um dos membros da Ordem em Goiás, seu vice-presidente, Thales José Jayme, afirmou, em postagem no Instagram, que se os petistas "fossem colocados em um saco e jogados no rio, o prejuízo seria a perda do saco". Ele recuou e pediu desculpas depois de uma reação contundente da presidente estadual do PT, a deputada estadual e delegada de polícia Adriana Accorsi, que anunciou que o partido acionará judicialmente não só Thales Jayme, mas todos os envolvidos em ameaças e práticas discriminatórias contra petistas, eleitores do PT e simpatizantes.

Educação

Governo de Goiás convoca mais 250 professores

aprovados em concurso público

Edital foi publicado no Diário Oficial do Estado; calendário prevê a posse para janeiro de 2027

» Da Redação

O Governo de Goiás publicou, nesta quinta-feira (29/10), no Diário Oficial do Estado, o edital de convocação de mais 250 professores aprovados no concurso público de 2022 da Secretaria de Estado da Educação (Seduc). A lista inclui candidatos aprovados no certame e integrantes do cadastro de reserva. A previsão é que os novos servidores iniciem as atividades em janeiro de 2027.

O cronograma do edital estabelece as etapas necessárias para o ingresso dos novos servidores na rede estadual de ensino. O cadastro básico deverá ser realizado de 2 a 6 de novembro de 2026. Já o cadastramento como usuário no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) está previsto para o período de 25 a 27 de novembro.

Entre 16 de novembro e 10 de dezembro, os convocados deverão realizar a perícia médica e apresentar o diploma original à Seduc, na mesma data do exame, mediante apresentação de documento pessoal. A documentação deverá ser enviada pelo SEI entre 14 e 16 de dezembro. As certidões devem ser emitidas a partir de 10 de dezembro, para que não estejam vencidas na data da posse.

A nomeação dos convocados está prevista para 28 de dezembro de 2026. A Gerência de Admissão de Pessoal terá até 6 de janeiro de 2027 para analisar os procedimentos. A posse dos candidatos será em 7 de janeiro e o início do efetivo exercício deve ocorrer a partir do dia seguinte. Para mais informações, os interessados podem consultar o edital publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás.

Fotos: Secom





Governo de Goiás dá início a processo para ingresso efetivo de mais 250 professores na rede estadual de ensino

Concurso de 2022

O maior concurso público da Seduc Goiás foi realizado em 2022 e ofertou, inicialmente, 5.050 vagas para o cargo de Professor Classe III, integrante do quadro permanente do magistério estadual.

De forma inédita, o concurso garantiu vagas para profissionais indígenas e quilombolas, além de intérpretes e instrutores de libras e profissionais de braile. O certame também reservou 5% do total de vagas para candidatos com deficiência.

Infraestrutura

Daniel Vilela inaugura pavimentação da GO-460, em São Patrício

Fotos: Lucas Diener





Governador Daniel Vilela entrega obras da pavimentação da GO-460, trecho entre São Patrício e o entroncamento com a GO-156, em Diolândia, distrito de Itapuranga

O governador Daniel Vilela inaugurou, nesta terça-feira (27/10), a pavimentação da GO-460, no trecho entre São Patrício e o entroncamento com a GO-156, em Diolândia, distrito de Itapuranga. Com extensão de 12,94 quilômetros, a obra recebeu R$ 54,5 milhões em investimentos, provenientes do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra), e deve criar nova rota de ligação entre as regiões do Vale do São Patrício e do Vale do Araguaia, garantindo maior segurança e trafegabilidade aos motoristas.

"Essa rodovia foi muito reivindicada e é de grande importância para o desenvolvimento agrícola da região. Também possui relevância logística significativa aqui", destacou o governador após vistoriar os serviços realizados. Daniel Vilela ainda ressaltou que essa é a primeira obra que inaugura depois de reeleito. "Vamos continuar transformando o nosso estado, e executar nosso projeto de infraestrutura para fazer de Goiás o melhor estado de se viver do país", complementou.

A nova rodovia recebeu serviços de pavimentação asfáltica com aplicação de Tratamento Superficial Duplo (TSD) e implantação de ponte sobre o Ribeirão Olhos d'Água, com 50,6 metros de extensão. A GO-460 reduz a distância entre os municípios de Morro Agudo e Ceres, que passa de 120 quilômetros para cerca de 60 quilômetros.

A presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), Eliane Simonini, reforçou que o cronograma assumido com os moradores foi realizado. "O compromisso de que a rodovia seria entregue este ano foi cumprido. Estamos aqui, hoje, para isto. A população pode sonhar, porque esse é um governo que entrega infraestrutura de qualidade, que promete e cumpre", afirmou.

Com a pavimentação, o fluxo de escoamento da produção agropecuária e de indústrias sucroalcooleiras da região será otimizado, atendendo às demandas antigas das gestões municipais e de produtores agrícolas para acelerar o desenvolvimento do Vale do São Patrício. A obra permitirá o transporte ágil de grãos, gado e insumos, além de reduzir custos operacionais logísticos e diminuir o tempo de deslocamento até as principais rodovias de conexão e centros de distribuição estaduais.

O prefeito de São Patrício, Danilo Max, enfatizou o compromisso da atual gestão com o desenvolvimento da infraestrutura viária local. "Que satisfação acompanhar essa entrega. Outro dia o Daniel veio visitar a obra e, hoje, já está entregando", afirmou. Na mesma oportunidade, o prefeito de Itapuranga, Geraldo Paulo Fernandes, destacou que a pavimentação da GO-460 beneficiará também a mobilidade de todos os municípios vizinhos.

Também esteve presente à inauguração o ex-governador Ronaldo Caiado, que salientou que a entrega é fruto de muito trabalho e dedicação da atual gestão ao povo goiano. "É uma mudança profunda na vida dos moradores de todo o Vale do São Patrício e do Vale do Araguaia que serão beneficiados com esta rodovia", afirmou Caiado.

Qualidade de vida

Pesquisa aponta que Goiânia está entre as

quatro capitais mais seguras do Brasil

Prefeitura melhorou a iluminação pública da cidade, ampliou o videomonitoramento de ruas e avenidas, investiu na GCM e em ações e prevenção à criminalidade

Fotos: Joabe Mendonça



Foto: Jota Eurípedes

» Da Redação

Goiânia ocupa a quarta posição entre as capitais mais seguras do Brasil, segundo o Anuário 2026 de Cidades Mais Seguras do Brasil, elaborado pela MySide. O resultado positivo decorre das ações de prevenção à criminalidade e à violência promovidas pela Prefeitura de Goiânia, como a melhora e modernização da iluminação pública de ruas e avenidas; ampliação do videomonitoramento; e investimentos na Guarda Civil Metropolitana.

A capital goiana registra 15,2 assassinatos por 100 mil habitantes, índice 29% inferior à média nacional, de 21,5. O resultado representa um avanço de duas posições em relação à edição anterior e a menor taxa registrada pela cidade desde o início da série histórica do levantamento.

Na comparação anual, a taxa de assassinatos em Goiânia apresentou redução de aproximadamente 20%. No Centro-Oeste, a capital goiana ocupa a segunda posição, à frente de Cuiabá, que registra índice de 17 assassinatos por 100 mil habitantes, e Campo Grande, com 19,5. No ranking nacional, Goiânia aparece atrás de Florianópolis (11,5), São Paulo (12,3) e Brasília (12,4).

Os indicadores também são acompanhados pela redução dos homicídios dolosos registrados na capital. Dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), do Ministério da Justiça, reunidos pela plataforma Crime Brasil, apontam queda de 51% nessas ocorrências.

O anuário utiliza dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério da Saúde para comparar os índices de violência letal nos municípios. O indicador considera especificamente os assassinatos e não abrange outros tipos de crime, como roubos e furtos, nem mede a percepção de segurança da população.

Ações de segurança pública

A Prefeitura de Goiânia tem ampliado sua participação nas ações de segurança pública por meio de investimentos na Guarda Civil Metropolitana (GCM), na modernização do sistema de monitoramento e em iniciativas de prevenção à criminalidade. Embora a segurança pública seja uma atribuição estadual, o município atua de forma complementar, com patrulhamento de espaços públicos, melhoria da iluminação, fiscalização de estabelecimentos e integração de tecnologias para apoiar o trabalho das forças de segurança.

Entre as medidas adotadas está a Lei nº 11.459/2025, que restringiu o funcionamento de distribuidoras de bebidas em Goiânia entre meia-noite e 5 horas. Segundo os dados apresentados pela administração municipal, após a implementação da medida, houve redução de 90,91% nos homicídios registrados nesses estabelecimentos, além de queda de 71,10% nas brigas e de 84,44% nas ocorrências de perturbação do sossego.

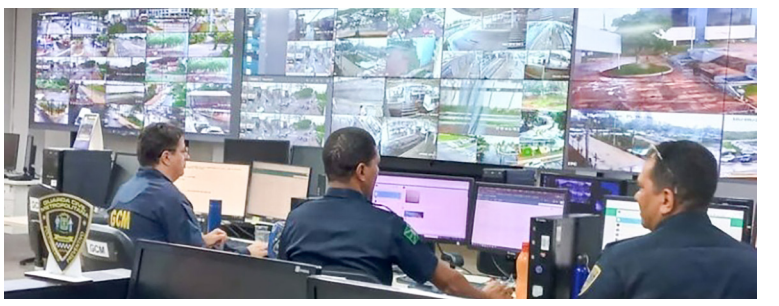
A modernização da iluminação pública também integra as ações municipais. Na atual gestão, mais de 200 mil pontos de iluminação das ruas e avenidas da capital receberam a substituição de luminárias convencionais de vapor de sódio por equipamentos de tecnologia LED. A Prefeitura também iniciou a implantação dessa tecnologia em praças e parques, com o objetivo de melhorar a visibilidade e as condições de circulação nos espaços públicos, especialmente durante a noite.

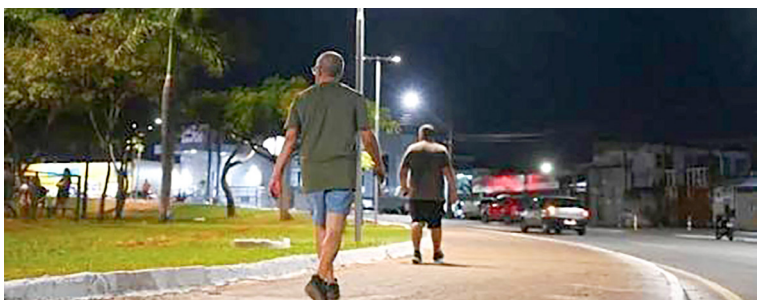
Goiânia + Segura

Lançado pelo prefeito Sandro Mabel em setembro de 2026, o programa Goiânia + Segura reúne iniciativas para ampliar a prevenção e reforçar a proteção da população. Entre as medidas estão a expansão do videomonitoramento, o reforço da presença da GCM em terminais de ônibus, praças, parques e pontos estratégicos, além de ações voltadas à proteção das mulheres.

O programa prevê alcançar 10 mil câmeras conectadas à rede de monitoramento da cidade, somando equipamentos próprios e dispositivos integrados da iniciativa privada. A estrutura municipal inclui a instalação de 1.800 câmeras de alta resolução. No lançamento, 220 equipamentos desse conjunto já estavam em operação.

Também está prevista a implantação de um novo Centro Operacional até 2028, com uma rede de mais de 800 quilômetros de fibra óptica e conexão com 626 prédios públicos. O reforço da Guarda Civil Metropolitana inclui a incorporação de 111 veículos à frota, entre utilitários, motocicletas, micro-ônibus e outros modelos destinados às atividades operacionais. A gestão também anunciou concurso para o chamamento de 200 agentes, com outros 500 nomes previstos em cadastro de reserva, além da aquisição de armamentos e equipamentos para ampliar a capacidade de atuação da corporação.





O patrulhamento é direcionado a locais de grande circulação e áreas consideradas estratégicas a partir de informações sobre o fluxo de pessoas e os registros de ocorrências. Nos pontos de ônibus, por exemplo, a operação diária ocorre entre 4h e 6h, com 40 viaturas e 65 agentes da Ronda Ostensiva Municipal (Romu), além do Grupo de Operações com Cães e do apoio da Polícia Militar. "As ações nossas têm que ser em conjunto. Nós queremos fazer de Goiânia a cidade mais segura para se viver e já tem sido referência neste sentido", afirma o prefeito Sandro Mabel.

Proteção às mulheres

As ações municipais de segurança também incluem iniciativas específicas para prevenir a violência contra as mulheres e oferecer atendimento às vítimas. Entre janeiro e julho de 2026, a Patrulha Mulher Mais Segura realizou 3.114 atendimentos. Atualmente, 1.052 mulheres estão cadastradas no aplicativo Prefeitura 24h, que disponibiliza o Botão do Pânico para situações de emergência.

"Estamos nos empenhando também na construção da Casa da Mulher Brasileira, junto ao governo federal, para o acolhimento às mulheres em situação de violência doméstica na nossa cidade", afirma Mabel. No período informado, a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos (Semasdh) contabilizou 3.680 atendimentos e o acolhimento de 119 mulheres em situação de violência.

Entre as iniciativas desenvolvidas pela secretaria estão os programas Mulher em Movimento, Florescer Mulher, Vozes em Diálogo e Cine Mulheres, além da implementação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres. As ações integram a estratégia de prevenção à violência, acolhimento e ampliação da rede de proteção no município.

Mocós

Outra frente de atuação da Prefeitura de Goiânia para levar segurança à população é a demolição de imóveis abandonados utilizados como mocós, que podem favorecer a criminalidade e representar riscos à saúde pública. Em 21 de outubro, a Secretaria Municipal de Eficiência (Sefic) demoliu uma construção no Setor Capuava, ultrapassando a marca de 70 imóveis demolidos pela atual gestão desde o início do plano, em setembro de 2025. As intervenções abrangem áreas públicas e propriedades privadas identificadas como pontos de risco à segurança e à saúde coletiva. A iniciativa busca reduzir situações de vulnerabilidade, melhorar as condições de segurança no entorno e devolver tranquilidade aos moradores e comerciantes.

ESCOLA

Evasão

Permanência escolar esbarra em
desafios emocionais, sociais e de aprendizagem

Cansaço, estresse, ansiedade e necessidade de trabalhar aparecem entre os motivos que levam estudantes a pensar em abandonar os estudos; indicadores também revelam dificuldades de aprendizagem no Ensino Médio

» Dhayane Marques

A permanência dos jovens na escola pública ainda representa um desafio para a educação brasileira. Embora a maioria dos estudantes avalie positivamente a instituição onde estuda, uma parcela expressiva já cogitou interromper a trajetória escolar. Em Goiás, o cenário exige atenção, apesar de 91% dos jovens de 15 a 17 anos estarem no Ensino Médio, dificuldades de aprendizagem, especialmente em Matemática, expõem obstáculos que acompanham os alunos até a etapa final da educação básica.

Pesquisa do Datafolha, intitulada O que os estudantes pensam sobre a educação, revela que 36% dos entrevistados consideraram abandonar os estudos nos seis meses anteriores ao levantamento. Entre eles, 10% afirmaram que pensaram nessa possibilidade muitas vezes. O percentual chega a 26% entre os estudantes que avaliam a própria escola como ruim ou péssima e a 18% entre aqueles que já trabalham.

O levantamento aponta que questões relacionadas ao bem-estar emocional, como cansaço, estresse e ansiedade, estão entre os principais motivos para pensar em deixar a escola. A necessidade de ingressar no mercado de trabalho também pesa nessa decisão. Para 21% dos estudantes que cogitaram interromper os estudos, a busca por independência financeira aparece como justificativa. Outros 17% mencionaram a necessidade de contribuir com a renda familiar.

Os dados ajudam a compreender que o abandono escolar não está associado apenas ao desempenho em sala de aula. A realidade econômica, as condições emocionais e a própria experiência dos estudantes na escola também fazem parte desse cenário.

Aprendizagem e permanência

Em Goiás, os indicadores do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2026, elaborado pelo Todos Pela Educação, mostram que o acesso ao Ensino Médio avançou, mas a aprendizagem ainda representa um ponto de atenção. Segundo o levantamento, 91% dos jovens de 15 a 17 anos estão matriculados nessa etapa e 85% concluem o Ensino Médio até os 19 anos.

O desempenho em Matemática, entretanto, revela uma dificuldade importante. Apenas 17,3% dos estudantes goianos do Ensino Médio apresentam aprendizagem adequada na disciplina. Em Língua Portuguesa, o percentual chega a 45,3%. O quadro é ainda mais preocupante quando se observa o grupo com aprendizagem abaixo do nível básico: 44,8% em Matemática e 20,7% em Português.

Os resultados indicam que o desafio da educação estadual não se limita a garantir que os jovens cheguem ao Ensino Médio ou concluam essa etapa. Também envolve assegurar que eles desenvolvam os conhecimentos necessários para prosseguir nos estudos e ingressar no mercado de trabalho.

A percepção dos próprios estudantes reforça essa demanda. No Datafolha, melhorar o ensino e a aprendizagem aparece como a principal expectativa em relação às mudanças que os próximos governos devem promover nas escolas públicas. Capacitação dos professores, melhoria das formas de ensinar, ampliação do número de docentes e redução das faltas também aparecem entre as prioridades apontadas pelos entrevistados.

Foto: Seduc-GO



Em Goiás, 15% dos jovens não concluem o Ensino Médio até os 19 anos, o que evidencia os desafios para garantir a permanência dos estudantes na escola

O cotidiano escolar também pesa

A experiência dentro da escola influencia a maneira como os estudantes percebem a própria trajetória. Na pesquisa, a indisciplina em sala de aula aparece como o principal problema do cotidiano escolar. Bullying, humilhação e dificuldades relacionadas à internet, computadores e equipamentos também integram as queixas.

A presença dos professores é outro ponto de atenção. Embora os estudantes avaliem positivamente a atuação docente, muitos relatam que existem disciplinas que passam períodos sem professor. Entre aqueles que consideram a escola ruim ou péssima, 83% afirmam que há disciplinas sem docentes durante algum período. Nesse mesmo grupo, 60% dizem que os professores faltam com frequência.

A diferença também aparece na avaliação geral das escolas. Entre os estudantes que afirmam que os professores explicam bem os conteúdos, 75% classificam a instituição como ótima ou boa. O índice cai para 48% entre aqueles que consideram que os docentes não explicam bem as matérias.

O desafio de conciliar estudo e futuro

A necessidade de trabalhar aparece como um dos fatores que atravessam a permanência escolar. Para parte dos jovens, a busca por independência financeira ou a contribuição com a renda familiar pode entrar em conflito com a continuidade dos estudos.

Ao mesmo tempo, a pesquisa mostra que a maioria dos estudantes do Ensino Médio pretende continuar a formação depois da conclusão dessa etapa. Do total entrevistado, 67% planejam ingressar em uma faculdade. Desse grupo, 41% desejam conciliar o ensino superior com o trabalho. Outros 12% pretendem apenas trabalhar, enquanto 11% planejam combinar o emprego com um curso técnico.

O levantamento também aponta que mais de 90% dos estudantes consideram importante ter a oportunidade de fazer um curso técnico ou profissionalizante durante o Ensino Médio. Entretanto, segundo o Anuário, apenas 13,5% das matrículas dessa etapa em Goiás estão na Educação Profissional e Tecnológica.

Os dados colocam em discussão a capacidade da escola de dialogar com os projetos de vida dos jovens, oferecer formação conectada às oportunidades profissionais e criar condições para que trabalho e estudo não se tornem caminhos incompatíveis. A pesquisa do Datafolha ouviu 5.296 estudantes de 12 a 21 anos, matriculados no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio da rede pública estadual, em oito estados brasileiros. Em Goiás, foram realizadas 600 entrevistas. A coleta ocorreu entre 28 de maio e 13 de julho de 2026.

Embora os resultados nacionais não possam ser atribuídos diretamente aos estudantes goianos, o levantamento oferece pistas sobre os fatores que afetam a permanência escolar. Em conjunto com os indicadores estaduais do Anuário, os dados apontam para uma questão central: além de garantir vagas e ampliar o acesso, a educação precisa assegurar aprendizagem, acolhimento e perspectivas de futuro para que os jovens encontrem razões para permanecer na escola.

Esporte



Herivelto Nunes
herivelto.nunes.57@outlook.com

Vasco faz proposta

para contratar Lucas Rodrigues

O Vasco da Gama oficializou proposta entre 3 e 4 milhões de euros, cerca de R$ 17,8 milhões a R$ 23,8 milhões, para contratar o volante Lucas Rodrigues, joia de 19 anos do Goiás Esporte Clube. O interesse do clube carioca no atleta, que é destaque na série B e convocado várias vezes para defender a seleção brasileira Sub-20, já vinha sendo tratado nos bastidores há alguns meses pelo diretor Admar Lopes e por Felipe Loureiro. O valor oferecido pelo time da Cruz de Malta gira em torno de 3 a 4 milhões de Euros.

A tendência é que o Goiás recuse a primeira oferta, forçando o Vasco a melhorar o valor oferecido para que as negociações possam avançar. Lucas Rodrigues completou 19 anos e tem contrato com o clube esmeraldino até o final de 2029. Sua multa rescisória está estipulada em R$ 100 milhões para o mercado nacional e R$ 300 milhões para o futebol do exterior. A diferença do que o Goiás pretende para liberar o jogador e o que o Vasco da Gama propõe ainda é muito grande. O clube carioca deve melhorar a proposta, mas o jogador está muito valorizado tanto no mercado local como entre equipes do futebol internacional.

O maior obstáculo para o Vasco da Gama, além dos valores, é o forte assédio internacional. Clubes da Premier League britânica e equipes espanholas, como Barcelona e Real Betis, já sondaram e monitoram o meio-campista. Lucas Rodrigues subiu da equipe Sub-20 do Goiás e se consolidou rapidamente como titular absoluto. Na temporada atual, o volante marcou seis gols em 36 jogos. É considerado um meio-campista versátil, com pegada e combatividade de um camisa 5, mas se destaca pela qualidade técnica para sair jogando, passes longos e presença na área adversária, com características de um segundo homem do meio de campo. O Vasco tenta acelerar as tratativas para tentar garantir a compra em definitivo do jogador antes da abertura da janela de transferências com foco na temporada de 2027.

Fotos: Divulgação



Lucas Rodrigues, titular da seleção brasileira Sub-20, pode ser contratado pelo Vasco da Gama

Goiás tem chapa definida

O Goiás Esporte Clube já tem nomes definidos para a composição da diretoria que disputarão as eleições previstas para o início do mês de dezembro. A formação conta com representantes para diferentes áreas da administração do clube. São nomes ligados ao presidente do Conselho Deliberativo, Paulo Rogério Pinheiro. Os oposicionistas esmeraldinos ainda não conseguiram encontrar um meio de registrar uma chapa, em função do modelo eleitoral em vigência no Goiás desde os tempos de Hailé Pinheiro, que impede o registro de duas chapas, principalmente se uma delas for formada pelo grupo oposicionista, liderado pelo médico Sérgio Rassi.

A chapa que vai concorrer no pleito de dezembro é formada pelos seguintes Conselheiros:

- Presidente Executivo: Geraldo Neto
- Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Patrimônio: Joaquim Edson
- Vice-Presidente de Futebol: Henrique Motta
- Vice-Presidente de Marketing: Thiago Pinheiro
- Vice-Presidente Jurídico: Munir Calixto Junior
- Esportes Olímpicos: Leonardo Souza

Sem a perspectiva de chapa oposicionista, o cenário mais provável é o de aclamação da chapa de situação, com os nomes acima mencionados assumindo o comando do Goiás, com a missão de recuperar as finanças do clube, pacificar a crise administrativa, além de resgatar o forte nome que o Goiás conquistou no cenário do futebol nacional e sulamericano.

Flamengo, **um "case" de sucesso no futebol brasileiro**

A transformação do Flamengo de um clube com dívidas superiores a R$ 750 milhões em 2013 em uma superpotência financeira e esportiva na América do Sul aconteceu por meio de um plano rigoroso de austeridade, profissionalização e reestruturação da gestão. Com a eleição da chapa de Eduardo Bandeira de Melo, o clube admitiu que abriria mão de grandes investimentos esportivos iniciais para colocar as contas em ordem. A regra de ouro estabelecida foi que salários e compromissos jamais atrasariam novamente, recuperando a credibilidade do clube no mercado.



Flamengo, exemplo de gestão para o futebol brasileiro

O Flamengo realizou uma ampla renegociação de dívidas tributárias e alongamento de débitos históricos para suavizar o fluxo de caixa. Houve uma redução de despesas operacionais e o fim de contratações irresponsáveis. O clube investiu na reestruturação das categorias de base e passou a negociar jovens atletas por valores expressivos (como a venda de Vinicius Júnior para o Real Madrid), transformando transferências em um motor de caixa bilionário. Com a casa em ordem e maior visibilidade, o clube atraiu grandes investidores e maximizou receitas de bilheteria e licenciamento. Com o passivo sob controle e receitas anuais muito superiores, o clube passou a ter capacidade de caixa para investir em elencos de alto nível e repatriar grandes jogadores que estavam na Europa.

A consistência financeira viabilizou conquistas de grande expressão, como os títulos do Campeonato Brasileiro e Copa Libertadores da América, gerando novas premiações esportivas que alimentaram um ciclo virtuoso de receitas. Mesmo enfrentando picos de pressão política ou readequações orçamentárias pontuais em decorrência de variações nas metas esportivas, a estrutura de governança e a capacidade de caixa construídas desde 2013 mantém o clube em um patamar econômico distante das crises do passado. Com quatro títulos da Copa Libertadores da América, o Flamengo agora lidera o Campeonato Brasileiro e caminha para a conquista de mais um título nacional. O Flamengo é um exemplo de como a mudança no modelo de gestão transformou o clube em um "case" de sucesso no futebol Sul-Americano.

- O Atlético Goianiense não vence há quatro jogos seguidos, sequência ruim que indica uma queda de produção em momento inadequado da competição. O Dragão saiu do G6 e viu o crescimento de três adversários na disputa pela vaga nos playoffs.

- Em comparação com seus concorrentes, o Atlético é o time que mais perdeu fôlego e pontos na reta decisiva da competição, caindo de 6º para 8º nas quatro últimas rodadas. Para piorar, o Dragão tem pela frente o Fortaleza, na Arena Castelão, jogo que será realizado na próxima segunda-feira, dia de Finados, às 16h.

- No Goiás ninguém confirma o interesse do Vasco da Gama no volante Lucas Rodrigues. O pensamento é não desfocar o grupo, principalmente o jogador envolvido nas notícias, dos últimos jogos da série B, que podem levar o Goiás ao G6 da competição.

- Kadu Souza, artilheiro do Goiás com 11 gols na série B, vive o melhor momento de sua carreira. O jogador, que quase desistiu de jogar futebol para ser servente de pedreiro, hoje desperta o interesse de grandes clubes do futebol brasileiro.

- O Goiás é dono de 60% de seus direitos federativos, os outros 40% pertencem ao Paranavaí-PR. O alviverde comprou sua parte por R$ 750 mil, parcelados. Kadu Souza pode ser mais uma fonte de recursos futuros para o Goiás.

- Jogando pelo Paranavaí-PR, Kadu Souza despertou o interesse do Rio Verde, onde jogou a terceira divisão do campeonato goiano e foi o artilheiro da competição. Depois foi contratado pelo Anápolis, despertando o interesse do Goiás, onde vive o melhor momento de sua carreira.



Kadu Souza, artilheiro do Goiás na Série B com 11 gols

- O técnico Carlo Ancelotti realizou a última convocação da Seleção Brasileira em 2026. A lista oficial foi divulgada na sede da CBF com foco nos amistosos de novembro contra o Japão (dia 14) e Singapura (dia 17), ambos no estádio Nacional de Singapura.

- Segundo Carlo Ancelotti, 15 jogadores convocados tem menos de 23 anos, 9 tem idade para defender a seleção olímpica. É uma seleção que está sendo formada visando o futuro da seleção brasileira.